

FACULDADE DE MINAS

FAMINAS-BH

ANA CAROLINA DOS SANTOS PROCÓPIO

BRUNA DEMONTIE DAMASCENO

**ANÁLISE DO CONTEXTO DA SAÚDE MENSTRUAL EM ADOLESCENTES:
LACUNAS EXISTENTES E ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO**

Belo Horizonte

2026

ANA CAROLINA DOS SANTOS PROCÓPIO

BRUNA DEMONTIE DAMASCENO

**ANÁLISE DO CONTEXTO DA SAÚDE MENSTRUAL EM ADOLESCENTES:
LACUNAS EXISTENTES E ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade de
Minas – FAMINAS-BH, como
requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Dra. Danúbia Mariane
Barbosa Jardim de Carvalho.

Belo Horizonte

2026

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BDENF	Base de Dados em Enfermagem
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
Cofen	Conselho Federal de Enfermagem
DeCS	Descritores em Ciências de Saúde
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	Estados Unidos
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MEDLINE	Medical Literature Analysis and Retrieval System Online
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não Governamentais
SciELO	Scientific Electronic Library Online
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância

PROCÓPIO, Ana Carolina Dos Santos

Análise do contexto da saúde menstrual em adolescentes: lacunas existentes e atuação do enfermeiro / Ana Carolina Dos Santos Procópio; Bruna Demontie Damasceno; Danúbia Mariane Barbosa Jardim de Carvalho (orient.). - Belo Horizonte, MG, 2026. 35p.

Orientador: Prof. Dra. Danúbia Mariane Barbosa Jardim de Carvalho.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Centro Universitário FAMINAS, 2026.

1. Saúde menstrual. 2. Adolescentes. 3. Lacunas existentes. 4. Enfermeiros. I. CARVALHO, Danúbia Mariane Barbosa Jardim de, Prof. Dra., orient. II. Título.

Catálogo da Publicação

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do Centro Universitário FAMINAS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a). Bibliotecária Cristina de Souza Maia CRB6- 2294

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1. JUSTIFICATIVA.....	10
2. OBJETIVO.....	11
2.1. OBJETIVO GERAL	11
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
3. METODOLOGIA.....	12
3.1. DEFINIÇÃO DA PERGUNTA DE REVISÃO.....	12
3.2. BUSCA E SELEÇÃO DOS ESTUDOS PRIMÁRIOS.....	13
3.3. EXTRAÇÃO DE DADOS DOS ESTUDOS PRIMÁRIOS.....	16
3.4. AVALIAÇÃO CRÍTICA DOS ESTUDOS INCLUÍDOS.....	16
3.5. SÍNTESE DOS RESULTADOS DA REVISÃO.....	17
3.6. APRESENTAÇÃO DA REVISÃO.....	18
4. RESULTADO	20
5. DISCURSSÃO.....	24
5.1. FATORES DIFICULTADORES NO ACESSO E NO CUIDADO DE ADOLESCENTES EM PERÍODO MENSTRUAL.....	24
5.2. O PAPEL DO PROFISSIONAL DE SAÚDE NA RESSIGNIFICAÇÃO À SAÚDE MENSTRUAL.....	28
6. CONCLUSÃO.....	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fluxograma da amostragem de publicações que constituem o presente estudo.....	15
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Busca inicial dos artigos na BVS.....	14
Quadro 2 – Síntese dos resultados encontrados nos artigos analisados	18
Quadro 3 – Baseado na revisão do quadro sinóptico.....	21

1. INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, caracterizada por um processo fisiológico que ocorre com todos os indivíduos. Trata-se de um período marcado pelo autoconhecimento e por intensas transformações físicas, mentais, emocionais e hormonais, que impactam diretamente em sua formação (Avelar, 2024). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), essa etapa da vida compreende a faixa etária entre 10 e 19 anos de idade. Por outro lado, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído no Brasil pela Lei nº 8.069/1990, define o adolescente como o indivíduo com idade entre 12 e 18 anos incompletos.

No cenário brasileiro, o referido grupo populacional enfrenta diversos desafios relacionados ao seu processo de desenvolvimento, dentre os quais destacam, particularmente para as adolescentes do sexo feminino, as questões relacionadas à saúde menstrual. Essa condição, apesar de ser um processo fisiológico natural de jovens que menstruam, envolve aspectos relacionados ao manejo da saúde, ao bem-estar, à educação e aos direitos. Entretanto, tal temática ainda é negligenciada pela população e pelos órgãos públicos, o que pode comprometer a saúde integral das adolescentes, repercutindo negativamente em sua qualidade de vida e nos acessos aos cuidados adequados (Avelar, 2024; Unicef, 2024).

A Lei nº 14.214/2021, também conhecida como Lei da Pobreza Menstrual, assegura a distribuição gratuita de absorventes higiênicos para adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A implementação da legislação representa um avanço importante no reconhecimento da saúde menstrual como um direito fundamental, especialmente em instituições públicas de ensino e em casas de acolhimento, como ONGs e instituições, a reforçar a necessidade de políticas públicas voltadas a integralidade, a universalidade e equidade em saúde e a dignidade menstrual. Ainda assim, há falhas no sistema para a garantia legal desse direito. A falta de recursos, a má distribuição dos *kits* de higiene menstrual e a ausência de orientação adequada são fatores que podem afetar significativamente a saúde do sistema reprodutivo feminino, configurado a uma preocupação de saúde pública no mundo inteiro, sobretudo em locais de baixa renda.

Neste contexto, a carência de cuidados com a higiene menstrual pode favorecer a proliferação de microrganismos, de modo a aumentar o risco de infecções e alterações no sistema reprodutivo feminino. Quando não tratadas de forma adequada, tais manifestações

clínicas podem evoluir para complicações importantes, comprometendo a saúde reprodutiva e impactando diretamente a qualidade de vida dessas mulheres (Lima *et al.*, 2023; Avelar, 2024).

Diante disso, a enfermagem se destaca como profissão fundamental no âmbito da saúde, sendo associada ao “ato de cuidar” e por estar na linha de frente da promoção da saúde menstrual. Sua atuação abrange tanto a assistência direta quanto a indireta, a envolver práticas voltadas à prevenção, promoção e reabilitação da saúde, com abordagem humanizada, holística e centrada nas necessidades do indivíduo e da coletividade, com ênfase na dignidade da pessoa humana (Conceição; Barbosa; Santos, 2025). A atenção à saúde no Brasil encontra-se estruturada em diferentes níveis de complexidade. Entretanto, ainda persistem lacunas na assistência, sobretudo no que tange à disponibilidade e à atuação dos profissionais de saúde, o que pode repercutir de maneira significativa na vida de adolescentes que menstruam.

A enfermagem ultrapassa a execução técnica de procedimentos, configurando-se como um campo de saber que busca compreender o ser humano em sua integridade, a levar em conta os aspectos biológicos, espirituais, sociais, psicológicos e fisiológicos. O enfermeiro dispõe de autonomia e embasamento científico para desenvolver intervenções fundamentadas em respaldo profissional, ao atuar na promoção da saúde e na prevenção de doenças e agravos. Dessa forma, contribui para o conhecimento de pacientes, para melhor compreensão e para reconhecer suas próprias necessidades. A sua atuação se mostra relevante durante a adolescência, por meio de uma abordagem educativa, voltada à formação de atitudes, hábitos e valores que influenciam a vida adulta, sobretudo no contexto da saúde menstrual.

A Teoria do Autocuidado, proposta por Dorothea Orem, se fundamenta na premissa de que os indivíduos possuem a capacidade e a responsabilidade de cuidar de si mesmos. Nessa perspectiva, o papel do enfermeiro é apoiar, orientar e estimular o autocuidado, especialmente em situações em que a pessoa se encontra fragilizadas para suprir suas próprias demandas de saúde (Conceição; Barbosa; Santos, 2025).

Desse modo, o cuidado prestado pela enfermagem na promoção de uma cultura da educação em saúde configura como um elemento fundamental para a manutenção e a recuperação da saúde. Assim, permite o desenvolvimento de práticas de autocuidado por meio de orientações sobre a rotina de cuidados, da adoção de comportamentos e técnicas adequadas e do suporte emocional, a atender melhor às particularidades e às necessidades das adolescentes, promovendo a autonomia e a independência do paciente (Avelar, 2024).

A presente pesquisa é fundamental para compreender os desafios e as lacunas existentes no contexto da saúde menstrual, reconhecendo-a como uma questão relacionada à saúde pública, aos direitos humanos e à dignidade. Portanto, destaca-se o papel do enfermeiro na promoção da educação em saúde, por meio de ações capazes de gerar positivos na saúde menstrual de jovens. Com isso, torna-se essencial fortalecer estratégias e políticas públicas que promovam o acesso à informação, ao cuidado e à inclusão social com dignidade, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Diante do cenário narrado, surge o seguinte questionamento: como as lacunas existentes no cuidado em saúde podem impactar na promoção da saúde menstrual em adolescentes e qual é a atuação do enfermeiro neste contexto?

1.1. JUSTIFICATIVA

O estudo da saúde menstrual na adolescência mostra-se relevante por possibilitar a ampliação do conhecimento acerca das dificuldades enfrentadas por jovens, especialmente no acesso a recursos básicos de higiene e à informação em saúde. A insuficiência de orientações adequadas sobre o ciclo menstrual, associada às desigualdades socioeconômicas, pode contribuir para o desenvolvimento de agravos físicos, emocionais e sociais, além de favorecer situações de evasão escolar, constrangimento e exclusão social. Nesse sentido, discutir a saúde menstrual no contexto da saúde pública torna-se indispensável para promover a equidade, a dignidade humana e a garantia de direitos fundamentais, sobretudo entre adolescentes que se encontram em contextos de vulnerabilidade social.

Sob essa perspectiva, evidencia-se a relevância do enfermeiro como agente promotor de saúde e transformação social, especialmente no cuidado direcionado às adolescentes. A atuação da enfermagem frente à saúde menstrual vai além da assistência clínica, envolvendo acolhimento, escuta qualificada e apoio diante das dificuldades relacionadas à menstruação. Fundamentada em princípios científicos, éticos e humanísticos, a prática do enfermeiro possibilita a implementação de estratégias educativas e preventivas voltadas à promoção da saúde menstrual, favorecendo o desenvolvimento do autocuidado, da autonomia e da dignidade das adolescentes. Além disso, suas intervenções contribuem para a ampliação do acesso à informação, para a redução de vulnerabilidades e para o fortalecimento da atenção integral à saúde das adolescentes.

2. OBJETIVO

2.1. OBJETIVO GERAL

Analisar o contexto da saúde menstrual em adolescentes, considerando as lacunas existentes no cuidado e a atuação do enfermeiro.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- I. Identificar as principais lacunas para o cuidado relacionadas à saúde menstrual vivenciadas pelas adolescentes.
- II. Compreender o acesso das adolescentes às informações, insumos e serviços relacionados ao cuidado menstrual.
- III. Descrever a atuação dos profissionais de saúde na promoção do cuidado menstrual em adolescentes.

3. METODOLOGIA

O presente artigo se trata de uma revisão integrativa, isto é, uma metodologia que possibilita a síntese de diferentes tipos de estudos, com enfoque qualitativo acerca da saúde menstrual em adolescentes. A escolha do tema justifica-se pela relevância de compreender e analisar os desafios enfrentados por essa parcela da população, além de investigar de que forma os profissionais de saúde podem influenciar positivamente o manejo clínico e as ações de promoção da saúde menstrual.

Conforme Mendes, Silveira e Galvão (2019), tal metodologia é estruturada em seis etapas: 1) definição do tema e elaboração da pergunta de pesquisa; 2) busca e seleção dos estudos primários; 3) coleta de dados dos estudos; 4) análise crítica dos estudos selecionados; 5) síntese dos resultados da revisão; 6) apresentação da revisão. Esse tipo de estudo permitiu a integração de resultados provenientes de pesquisas empíricas e teóricas. Por consequência, proporciona uma compreensão abrangente da temática, bem como contribuiu para o aprimoramento das práticas profissionais e desenvolvimento de novas investigações científicas.

3.1. DEFINIÇÃO DA PERGUNTA DE REVISÃO

Destaca-se que houve dificuldade na identificação de estudos que abordassem a atuação do enfermeiro na promoção da saúde menstrual, sobretudo em razão das limitações dos descritores disponíveis nas bases de dados consultadas, o que evidencia a escassez de produções científicas sobre a temática. Ademais, verificou-se que diversos estudos relevantes não se encontravam indexados aos descritores empregados. Tal aspecto aponta uma fragilidade importante na padronização dos termos relacionados à saúde menstrual, dificultando a localização e o acesso às evidências disponíveis.

Essa limitação ressalta a necessidade de ampliação e aprimoramento dos descritores em saúde, de modo a contemplar, de forma mais abrangente, aspectos inerentes à saúde menstrual, especialmente no contexto da adolescência. A mencionada lacuna compromete diretamente a visibilidade científica do tema e pode contribuir para a subnotificação de evidências relevantes na área. Portanto, a escolha do tema justifica-se pela necessidade de compreender as lacunas existentes no acesso e na manutenção do cuidado em saúde dessa população.

Na produção do estudo, foram utilizados artigos científicos com o objetivo de responder à seguinte pergunta de pesquisa: como as lacunas existentes no cuidado em saúde podem impactar na promoção da saúde menstrual em adolescentes e qual é a atuação do enfermeiro neste contexto?. A pergunta em exame foi estruturada por meio de um mnemônico PICo (P: População – Adolescentes que menstruam; I: Interesse – Lacunas existentes e a atuação do enfermeiro; Co: Contexto – Promoção da saúde menstrual). A ferramenta orientou, de maneira clara e objetiva, a seleção dos descritores utilizados na pesquisa.

3.2. BUSCA E SELEÇÃO DOS ESTUDOS PRIMÁRIOS

Os critérios de inclusão adotados neste estudo consistiram na busca de artigos publicados entre os anos de 2016 e 2026, considerando-se um recorte temporal de cinco a dez anos, a fim de contemplar evidências recentes e atualizadas acerca da temática investigada. O recorte temporal estabelecido teve como objetivo selecionar estudos atualizados e compatíveis com as transformações sociais, educacionais e de saúde relacionadas à saúde menstrual, bem como contemplar as políticas públicas e estratégias de promoção da saúde desenvolvidas mais recentemente.

Os descritores utilizados na estratégia de busca foram selecionados a partir da plataforma Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), proporcionando maior padronização e precisão na identificação dos estudos. Além disso, essa escolha metodológica favoreceu a organização e sistematização do processo de busca, garantindo maior clareza e transparência ao percurso metodológico adotado. Dessa forma, a padronização dos termos empregados fortaleceu o rigor científico da pesquisa, minimizou possíveis vieses na seleção dos estudos e assegurou maior confiabilidade e reprodutibilidade dos resultados obtidos.

Foram selecionados estudos disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), abrangendo as bases Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Base de Dados em Enfermagem (BDENF) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Após a definição dos descritores, apresentados no Quadro 1 — Busca inicial dos artigos na BVS, foi estabelecida a estratégia de busca mediante a utilização dos operadores booleanos AND e OR, visando ampliar ou refinar os resultados de acordo com a pertinência aos objetivos da pesquisa. Consideraram-se elegíveis estudos publicados nos idiomas português, inglês e espanhol, com o objetivo de

ampliar o acesso às evidências científicas relacionadas à temática em diferentes contextos socioculturais.

Quanto aos critérios de exclusão, foram desconsiderados artigos de opinião, resumos de eventos, estudos com falhas metodológicas, publicações duplicadas, estudos publicados antes de 2016 e pesquisas que não apresentavam relação direta com a temática proposta ou que não respondiam adequadamente à questão norteadora. Também foram excluídos estudos que apresentaram fragilidades metodológicas identificadas durante a leitura crítica, bem como produções sem consistência científica compatível com os objetivos desta revisão. A adoção desses critérios teve como finalidade assegurar maior rigor metodológico, confiabilidade e validade científica aos achados analisados.

Por fim, adotaram-se critérios complementares relacionados ao nível de evidência científica e à classificação Qualis/CAPES dos periódicos, buscando selecionar produções com maior robustez científica e qualidade metodológica. Tal escolha justifica-se pela necessidade de fortalecer o rigor científico da pesquisa, minimizar vieses e garantir maior credibilidade às discussões e conclusões apresentadas. Dessa forma, a definição criteriosa dos métodos de seleção e avaliação dos estudos contribuiu para a construção de uma análise mais consistente, confiável e alinhada aos objetivos propostos nesta investigação.

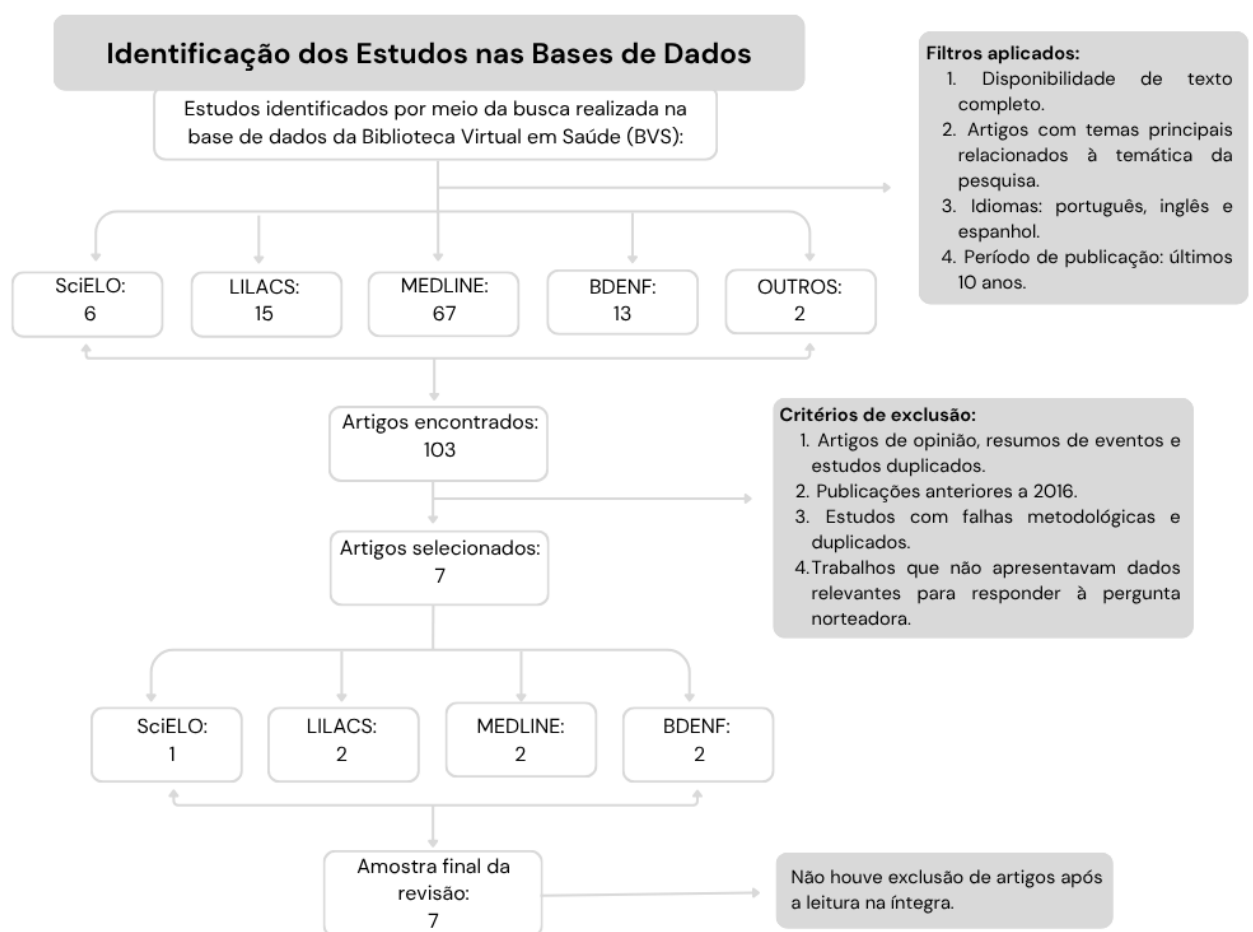
Quadro 1 – Busca inicial dos artigos na BVS

ESTRATÉGIA DE BUSCA NA BVS	NÚMERO DE ARTIGOS
("Dismenorreia" OR "Menstruação" OR "Ciclo menstrual" OR "Produtos de higiene menstrual") AND ("Adolescente" OR "Puberdade" OR "Saúde do adolescente") AND ("Enfermagem" OR "Enfermeiros")	104 artigos
("Adolescente" OR "Meninas") AND ("Menstruação" OR "Menstrual" OR "Pobreza menstrual") AND ("Profissional da saúde" OR "Enfermeiro" OR "Enfermagem")	173 artigos
TOTAL	277 artigos

Fonte: elaborado pelas autoras, 2026.

Entretanto, durante o período de realização das buscas, o portal da BVS apresentou instabilidade, permanecendo indisponível por um intervalo compreendido entre meados do mês de fevereiro e o início do mês de março. A referida situação dificultou o acesso às ferramentas de pesquisa e, conseqüentemente, atrasou a execução das estratégias de busca previamente planejadas para a identificação dos estudos relacionados ao tema da pesquisa. Na sequência, observa-se que a Figura 1 apresenta o fluxograma elaborado para o processo de seleção dos artigos.

Figura 1 – Fluxograma da amostragem de publicações que constituem o presente estudo



Fonte: elaborado pelas autoras, 2026.

3.3. EXTRAÇÃO DE DADOS DOS ESTUDOS PRIMÁRIOS

A extração de dados dos estudos foi efetuada por meio do quadro sinóptico, composto pelas seguintes informações: título; autores; ano de publicação e base de dados; tipos de estudo; nível de evidência; critérios QUALIS/Capes e objetivos de literatura. Essa etapa possibilitou a organização sistemática das informações, garantindo maior precisão na análise das evidências e facilitando a comparação entre os estudos selecionados, conforme apresentado no Quadro 3 – Baseado na revisão do quadro sinóptico (p. 20), na seção de resultados.

3.4. AVALIAÇÃO CRÍTICA DOS ESTUDOS INCLUÍDOS

Após a análise inicial dos artigos e a construção do quadro sinóptico, procedeu-se à etapa da leitura aprofundada, conforme preconizado na quarta fase da revisão integrativa (Mendes; Silveira; Galvão, 2019). A seleção dos estudos ocorreu em três etapas distintas: (1) leitura dos títulos, (2) leitura dos resumos e, posteriormente, (3) leitura integral dos artigos, com a finalidade de responder à pergunta norteadora da pesquisa.

Inicialmente, foram identificados 103 artigos nas bases de dados selecionadas. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, 96 estudos foram descartados por não atenderem aos requisitos definidos. Ao final do processo de seleção, 7 artigos compuseram a amostra desta revisão integrativa da literatura.

Na etapa subsequente, realizou-se a sistematização e a análise criteriosa dos principais achados, de modo a assegurar a identificação de evidências relevantes relacionados às lacunas existentes e às dificuldades no acesso à promoção da saúde menstrual entre adolescente. A avaliação crítica dos estudos considerou o nível de evidência, o critério de classificação Qualis/Capes, a clareza na apresentação dos resultados, assim como a aplicabilidade dos achados ao contexto investigado.

Todos os dados extraídos e avaliados foram compilados de maneira sistemática, em alinhamento aos critérios de rigor metodológico. Para a classificação do nível de evidência, adotou-se o referencial proposto por Melnyk e Fineout-Overholt (2011), que descrevem sete níveis de evidência:

Nível 1: Evidências provenientes de revisões sistemáticas ou metanálises de ensaios clínicos randomizados.

Nível 2: Evidências de, pelo menos, um ensaio clínico randomizado controlado bem delineado.

Nível 3: Evidências obtidas de ensaios clínicos controlados sem randomização.

Nível 4: Evidências provenientes de estudos de coorte ou de caso-controle bem delineados.

Nível 5: Evidências oriundas de revisões sistemáticas de estudos descritivos e qualitativos.

Nível 6: Evidências derivadas de um único estudo descritivo ou qualitativo.

Nível 7: Evidências baseadas na opinião de especialistas ou relatórios de comitês.

3.5. SÍNTESE DOS RESULTADOS DA REVISÃO

A discussão dos resultados foi realizada com base nas evidências extraídas dos estudos selecionados por intermédio de uma categorização temática. A análise permitiu identificar e agrupar aspectos centrais referentes às lacunas existentes, atuação dos profissionais de saúde na promoção da saúde menstrual e com ênfase no contexto escolar. A partir da análise dos artigos, observou-se a recorrência de informações semelhantes nos resultados e discussões dos estudos, para melhor compreensão e organização dos dados, foram construídas três categorias: Conceitos introdutórios ao tema; Contextualização do fenômeno e Estratégias para prevenção e enfrentamento. Nesse sentido, elaborou-se um quadro síntese com o intuito de caracterizar a promoção de saúde menstrual em adolescentes, destacando os principais aspectos abordados pelos estudos selecionados.

Quadro 2 – Síntese dos resultados encontrados nos artigos analisados

Resultados oriundos dos artigos analisados	Estratificação	Artigos
Conceitos introdutórios ao tema	Conceito da saúde menstrual	(3-6-1-2-4-5-7)
	Gestão menstrual	(3-6-1-2-4-5)
Contextualização do fenômeno	Barreiras culturais e sociais	(3-6-1-2-4-5-7)
	Desigualdade social	(1-2)
	Desinformação/limitação no acesso à informação.	(6-1-4-5-7)
	Absenteísmo escolar	(3-6-1-2-4)
Estratégias para prevenção e enfrentamento	Acesso à informação/conhecimento	(3-6-1-2-4-5-7)
	Profissionais de saúde qualificados	(1-4)
	Abordagem do tema no âmbito escolar	(3-6-1-2-4)
	Acesso a produtos de higiene menstrual	(3-6-1-2-5)
	Legislação, programas e políticas públicas	(1-3-6-5)
Identificação dos artigos analisados:	1. Menstrual health: an analysis of experiences among school-aged adolescents 2. School nurses and menstrual communication: Destigmatizing the stigma among adolescents 3. Desafios da gestão menstrual: uma revisão integrativa 4. The History of US Menstrual Health, School Nurses, and the Future of Menstrual Health Equity 5. Vivência das adolescentes na gestão da higiene menstrual 6. Lidando com um fenômeno natural e que ficará para sempre: a menstruação e suas influências na vida da mulher 7. Significado cultural de la menstruación em mujeres española	

Fonte: elaborado pelas autoras, 2026.

Foi analisado o grau de efetividade das estratégias desenvolvidas pelos profissionais de saúde, demonstrando que, embora estes sejam reconhecidos como agentes fundamentais na promoção da saúde menstrual, sua atuação ainda é limitada por barreiras estruturais, institucionais e socioculturais. A análise foi orientada pela perspectiva da equidade em saúde e do direito à informação, ao cuidado e à dignidade menstrual.

3.6. APRESENTAÇÃO DA REVISÃO

A apresentação desta revisão foi estruturada com base nas etapas da revisão integrativa, a respeitar os preceitos éticos e científicos e as diretrizes institucionais estabelecidas pelo Manual de Trabalho de Conclusão de Curso da FAMINAS-BH. O rigor metodológico adotado assegurou a confiabilidade dos achados e a consistência das análises realizadas, permitindo uma

compreensão aprofundada do papel dos profissionais de saúde, especialmente da enfermagem, na promoção da saúde menstrual.

A organização sistemática das evidências possibilitou identificar lacunas importantes, como os estigmas, *bullying* e tabus relacionados à menstruação e a necessidade de maior investimento em produtos de higiene menstrual, da ampliação de recursos nos serviços de saúde no contexto escolar e do fortalecimento de políticas públicas voltadas à equidade menstrual.

Dessa forma, os resultados desta revisão reforçam a relevância da atuação qualificada dos profissionais de saúde na promoção do cuidado integral, de forma a contribuir para a redução de desigualdades e para a melhoria das condições de saúde e bem-estar de adolescentes e mulheres.

4. RESULTADOS

A análise dos estudos incluídos nesta revisão evidenciou que sete produções atenderam integralmente aos critérios de inclusão, sendo selecionadas por responderem de forma consistente à questão de pesquisa proposta. Verificou-se que 71,4% das publicações concentram-se nos últimos cinco anos (2021–2026), o que reflete a atualidade e a crescente relevância do tema relacionado aos desafios e lacunas existentes na promoção da saúde menstrual em adolescentes. Considerando o recorte temporal nos últimos dez anos (2016-2026), observa-se que 28% dos estudos foram publicados em 2019, reforçando, mais uma vez, o caráter recente das investigações sobre a temática.

Em relação ao idioma das publicações, percebe-se a predominância de estudos monolíngues (71,42%), seguidos por produções bilíngues (14,28%), em português e inglês, e trilingue (14,28%), contemplando português, inglês e espanhol. Quanto à origem geográfica das publicações, analisa-se que 42,85% dos estudos foram desenvolvidos no Brasil, com maior destaque para as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. No cenário internacional, destacam-se os Estados Unidos (EUA), com 28,57% das produções, seguidos por Portugal e Espanha, ambos com 14,28% cada.

De modo geral, os achados apontaram que as principais barreiras enfrentadas por adolescentes na promoção da saúde menstrual estão relacionadas aos tabus, estigmas e *bullying* (100%), à desinformação e às limitações no acesso à informação (71,42%), às interferências nas atividades diárias, escolares e laborais (71,42%), ao acesso restrito a produtos de higiene menstrual e à infraestrutura inadequada (71,42%) e, por fim, às dificuldades de diálogo com os pais (42,85%). Tais fatores demonstram que a saúde menstrual ainda representa um importante desafio para a saúde pública, impactando diretamente a qualidade de vida, o bem-estar físico, emocional e social das adolescentes.

Nesse contexto, os achados reforçam a necessidade de fortalecimento de políticas públicas voltadas à saúde menstrual, especialmente no ambiente escolar, por corresponder ao período em que muitas adolescentes vivenciam a menarca e passam a lidar com mudanças relacionadas ao ciclo menstrual. Ademais, destaca-se a relevância da atuação da enfermagem na identificação de vulnerabilidades sociais, na promoção da equidade em saúde e no incentivo ao diálogo entre adolescentes, família e âmbito escolar. Nesse cenário, o enfermeiro exerce papel fundamental na promoção da educação em saúde, no acolhimento, na escuta qualificada

e no desenvolvimento de ações educativas voltadas à ampliação do conhecimento e à desconstrução de preconceitos relacionados à menstruação.

A fim de facilitar a identificação e sistematização das publicações incluídas nesta revisão, elaborou-se um quadro sinóptico que apresenta as principais informações dos estudos analisados, tais como autoria, ano de publicação, base de dados, tipo de estudo, critério Qualis e objetivo da pesquisa, possibilitando uma visualização mais organizada e comparativa dos achados selecionados.

Quadro 3 – Baseado na revisão do quadro sinóptico

TÍTULO	AUTORES	ANO DE PUBLICAÇÃO E BASE DE DADOS	TIPO DE ESTUDO	NÍVEL DE EVIDÊNCIA E CRITÉRIO QUALIS	OBJETIVO
Menstrual health: an analysis of experiences among school-aged adolescents	Jennifer Caroline de Oliveira Adomaitis; Natália Sevilha Stofel; Maria Gabriele Formis Silva; Vivian Campos Santos; Flávio Adriano Borges; Diene Monique Carlos; Bruna Luana de Souza Farias; Márcia Niituma Ogata; Juliana Cristina dos Santos Monteiro	2025; SciELO	Estudo quantitativo e qualitativo	Nível VI de evidência; Qualis A1	Compreender as percepções de adolescentes escolares sobre o ciclo menstrual e seus aspectos relacionados.
School nurses and menstrual communication: Destigmatizing the stigma among adolescents	Sarah S LeBlanc	2024; MEDLINE	Estudo qualitativo com entrevistas narrativas semiestruturadas	Nível VI de evidência; Qualis A1	Compreender como enfermeiras escolares utilizam a comunicação para auxiliar adolescentes a destigmatizar a menstruação e lidar com questões relacionadas à saúde menstrual.
Desafios da gestão menstrual: uma revisão integrativa	Maria Eduarda Pascoaloto da Silva; Maria Heloísa do Nascimento Silva; Sonia Silva Marcon; Aires Garcia dos	2024; BDENF/LIL ACS	Revisão integrativa	Nível V de evidência; Qualis B1	Analisar os principais desafios relacionados à gestão da saúde menstrual e seus

	Santos Junior; Gláucia Maria Canato; Mara Cristina Ribeiro Furlan.				impactos na saúde e no cotidiano de pessoas que menstruam.
The History of US Menstrual Health, School Nurses, and the Future of Menstrual Health Equity	Sadie Bergen; Erin D. Maughan; Karen E. Johnson; Robin Cogan; Molly Secor; Marni Sommer.	2024; MEDLINE	Ensaio analítico de abordagem histórica	Nível VI de evidência; Qualis A1	Analisar historicamente o papel das enfermeiras escolares no enfrentamento da saúde menstrual desde o início do século XX até os dias atuais, discutindo suas contribuições para a educação em saúde menstrual e para a promoção da equidade em saúde.
Vivência das adolescentes na gestão da higiene menstrual	Francisca da Rita Gaspar de Matos	2022; BDENF	Estudo qualitativo e descritivo	Nível VI de evidência; Qualis A3	Conhecer as vivências das adolescentes entre os 14 e os 16 anos sobre a gestão da sua higiene menstrual.
Lidando com um fenômeno natural e que ficará para sempre: a menstruação e suas influências na vida da mulher	Diana da Silva Marinho	2019; BDENF/LIL ACS	Estudo descritivo, com abordagem qualitativa	Nível VI de evidência; Qualis A3	Descrever as relações de influência da menstruação na vida de mulheres, segundo sua própria percepção e analisar a relação de mulheres com a menstruação à luz do interacionismo simbólico.
Significado cultural de la menstruación em mujeres española	Alicia Botello Hermosa; Rosa Casado Mejía	2019; BDENF/LIL ACS	Estudo qualitativo	Nível VI de evidência; Qualis B2	Para entender os significados culturais que envolvem a menstruação em nossa sociedade, a partir da perspectiva da enfermagem

					transcultural, e para analisar as crenças falsas do passado foram superadas.
--	--	--	--	--	--

Fonte: elaborado pelas autoras, 2026.

5. DISCUSSÃO

5.1. FATORES DIFICULTADORES NO ACESSO E NO CUIDADO DE ADOLESCENTES EM PERÍODO MENSTRUAL

A partir da análise dos dados, observa-se que estigmas, *bullying* e tabus relacionados à menstruação estão profundamente interligados, configurando-se não apenas como uma experiência individual, mas também como um reflexo direto das construções socioculturais que permeiam essa temática. A menstruação ainda é frequentemente associada a concepções de algo “sujo”, “vergonhoso” e “indelicado”, de modo a perpetuar a percepção de que essa condição não deve ser abordada de forma aberta. Nesse sentido, Adomaitis *et al.* (2025) destacam que a denominada “etiqueta menstrual” sustenta o silêncio em torno da menstruação, o que dificulta o acesso às informações e gera sentimentos de vergonha, insegurança e medo de exposição ao abordarem o tema.

Esse cenário se torna mais evidente no ambiente familiar, o qual, embora socialmente reconhecido como um espaço de acolhimento, ainda é permeado por silêncio, os tabus e os constrangimentos, dificultando o diálogo sobre a situação. Nesse contexto, verifica-se que a desinformação perpetua estigmas, bem como fomenta comportamentos discriminatórios, a impactar significativamente a vida de adolescentes, que passam a vivenciar impactos emocionais maléficos. Assim, percebe-se a contribuição para a formação de percepções negativas desde o primeiro contato com o tema. Tal realidade pode ser observada no estudo de Adomaitis *et al.* (2025), no qual adolescentes relataram que, no contexto familiar, a menstruação ainda é tratada como um tabu, evidenciando pela ausência de diálogo e orientações adequadas por parte dos responsáveis no momento da menarca.

Silva *et al.* (2024) destacam que, em contextos socioculturais de países como Índia, Paquistão, Nepal e Etiópia, a menstruação é frequentemente interpretada sob uma perspectiva negativa, sendo associada a ideias de impureza, contaminação e, até mesmo, maldição divina. Essas construções simbólicas influenciam diretamente as práticas e comportamentos sociais, resultando em restrições impostas às mulheres durante o período menstrual. Entre essas limitações, observa-se no ambiente doméstico a proibição em cozinhar, em compartilhar refeições com familiares na mesma mesa, em consumir determinados alimentos, em participar

de reuniões familiares e em frequentar espaços religiosos, a evidenciar o impacto dessas crenças na vivência cotidiana feminina.

Hermosa e Mejía (2017) complementam que a falta de educação formal sobre a menstruação leva adolescentes a recorrerem a informações informais, muitas vezes sem embasamento científico, o que contribui para a perpetuação de estereótipos e concepções errôneas. Além disso, crenças culturais associadas ao período menstrual reforçam desigualdades de gênero, ao atribuírem significados desfavoráveis a um processo biológico natural, resultando em restrições sociais e exclusão de atividades cotidianas. Segundo Marinho (2019), quando a adolescente é adequadamente orientada pela mãe e familiares, essa temática tende a assumir novos significados, proporcionando uma nova perspectiva que influencia a vida da mulher.

Ademais, a supracitada problemática também se manifesta no ambiente escolar, a apresentar as fragilidades na abordagem educativa, o que, por sua vez, favorece a reprodução de preconceitos e práticas excludentes. Os dados da Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef, 2024) sustentam essa análise ao indicar que 77% das estudantes relatam sentir constrangimento ao menstruar em ambientes escolares ou públicos, enquanto quase a metade afirmam nunca ter participado de aulas, palestras ou rodas de conversa sobre saúde menstrual na escola.

A falta de informação, especialmente entre os meninos, contribui para a adoção de atitudes despeitosas, tornando a experiência da menstruação potencialmente constrangedora e estigmatizante. Tal realidade pode ser exemplificada no estudo de Adomaitis *et al.* (2025), em que participantes relatam situações de constrangimento e *bullying* escolar relacionados à menstruação, marcadas por zombarias e provocações decorrentes da falta de conhecimento sobre o tema por parte dos colegas.

Os dados obtidos corroboram a abordagem defendida por Silva *et al.* (2024) e Marinho (2019), ao demonstrar que a estigmatização e a vergonha repercutem diretamente no afastamento de atividades escolares e da rotina cotidiana. Nessa linha, a ausência de uma abordagem aberta e educativa sobre a menstruação implica na construção de interpretações equivocadas e na ocorrência de piadas, comentários maldosos e comportamentos desrespeitosos, especialmente no ambiente escolar entre colegas. A referida realidade pode levar as adolescentes a evitarem a expressão de suas necessidades. Ainda, identifica-se uma preocupação acentuada com a percepção social, aspecto que, segundo Adomaitis *et al.* (2025),

pode desencadear quadros de ansiedade e contribuir para o distanciamento das atividades acadêmicas, de modo a acarretar notas mais baixas e saídas antecipadas.

Dessa forma, a ausência de uma estratégia de educação em saúde implica na manutenção de um ambiente escolar excludente, no qual a falta de empatia e os comportamentos constrangedores comprometem o bem-estar físico e emocional das estudantes que menstruam, conforme apontado por Adomaitis *et al.* (2025) e Silva *et al.* (2024). Portanto, nota-se que tabus, estigmas e *bullying* formam um ciclo interdependente: o silêncio imposto pelos tabus sustenta os estigmas, que, por sua vez, se manifestam em práticas de *bullying*, contribuindo para a persistente marginalização da menstruação como questão social. Sob essa perspectiva, Matos (2022) destaca que a falta de manejo adequado da menstruação configura uma demanda por políticas que promovam a igualdade de gênero, a inclusão e o respeito aos direitos humanos.

Ainda no âmbito escolar, observa-se que o absenteísmo escolar entre adolescentes que menstruam constitui um fenômeno recorrente e preocupante. Nessa perspectiva, as estatísticas provenientes de levantamento realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), em 2024, por meio de plataforma U-Report Brasil, com a participação de aproximadamente 1,7 mil jovens, evidenciam a magnitude das desigualdades no acesso a recursos e a informações relacionados à saúde menstrual, de modo a demonstrar um cenário de vulnerabilidade que favorece a ocorrência da pobreza menstrual no país.

Entre as participantes que menstruam, 62% relataram já ter deixado de frequentar a escola ou outros espaços durante o período menstrual, o que corresponde a cerca de 1.054 pessoas. Restam, logo, evidenciado os impactos significativos na permanência e participação escolar. Ademais, 73% afirmaram já ter se sentido constrangidas em ambientes públicos, enquanto 35% relataram dificuldades no acesso a itens básicos de higiene menstrual, como absorventes, coletores ou água, evidenciando barreiras estruturais que comprometem a vivência digna da menstruação.

Em consonância com esses resultados, Bergen *et al.* (2024) apontam que, mesmo em países desenvolvidos, como os Estados Unidos (EUA), instituições escolares ainda apresentam limitações no fornecimento de insumos e na oferta de educação adequada sobre saúde menstrual, incluindo aspectos relacionados à higiene, manejo da dor e distúrbios menstruais, o que repercute de forma prejudicial na saúde e no bem-estar das adolescentes, além de

comprometer sua participação nas atividades escolares. Tais evidências demonstram que a precariedade no acesso à saúde menstrual é uma problemática de caráter global.

Silva *et al.* (2024) sinalizam que o absenteísmo escolar apresenta diversas lacunas, a incluir: dores abdominais, receio de odores, preocupação com possíveis vazamentos, ausência de métodos adequados para descarte e a influência de restrições tradicionais. Por consequência, reduzem a mobilidade e o conforto e comprometem atividades cotidianas, como se sentar, caminhar e andar de bicicleta. Em contrapartida, adolescentes que dispõem de produtos adequados e de infraestrutura sanitária apresentam maior frequência escolar e melhores indicadores de desempenho acadêmico, de maneira a evidenciar que o acesso a condições adequadas contribui diretamente para um desempenho acadêmico melhor e para a promoção do bem-estar.

A emergência da pobreza menstrual é tratada como uma questão de política pública no Brasil, na forma da Lei nº 14.214/2021, a qual institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Na referida legislação, resta estabelecida a distribuição gratuita de absorventes higiênicos para adolescentes em situação de vulnerabilidade social, além da promoção da conscientização sobre o ciclo menstrual. Embora a iniciativa pública represente um avanço institucional, mostra-se marcada por fragilidades evidenciadas pela persistência de desigualdades no acesso aos insumos menstruais.

No contexto dos EUA, verifica-se a implementação de iniciativas legislativas voltadas ao enfrentamento da pobreza menstrual. No âmbito estadual, a legislação *California Assembly Bill 367*, de 2021, determina a obrigatoriedade da disponibilização gratuita dos produtos de higiene menstrual da presente pesquisa em instituições e escolas públicas na Califórnia. Esse cenário indica que a equidade menstrual ainda não foi plenamente alcançada, o que ocasiona a manutenção da pobreza menstrual e seus impactos prejudiciais sobre a educação, a saúde e a qualidade de vida das adolescentes.

Nessa mesma perspectiva, LeBlanc (2024) aponta que situações como vazamentos menstruais visíveis e a indisponibilidade de materiais adequados como problemáticas concernentes ao acesso a produtos e à infraestrutura necessária. Isso porque a ocultação é socialmente exigida, o que torna o uso de materiais uma necessidade implícita. Nessa realidade, algumas estudantes se tornam dependentes de serviços assistenciais ou organizações não governamentais para a obtenção de produtos menstruais, de modo que, em períodos de

fechamento das escolas, tais adolescentes enfrentam maiores dificuldades para obtenção de recursos.

5.2. O PAPEL DO PROFISSIONAL DE SAÚDE NA RESSIGNIFICAÇÃO À SAÚDE MENSTRUAL

Consoante estabelece o Conselho Federal de Enfermagem (2017), por meio da Resolução nº 564/2017 que institui o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, compete ao enfermeiro exercer sua prática com responsabilidade, atuando na promoção e prevenção da saúde e na garantia do respeito à dignidade humana, aos direitos humanos e às particularidades socioculturais dos indivíduos.

Nesse contexto, a atuação dos profissionais de saúde, especialmente da equipe de enfermagem, se revela fundamental no cuidado à saúde menstrual, uma vez que esses profissionais permanecem mais próximos da mulher durante todo o processo assistencial. Sob a ótica de Adomaitis *et al.* (2025), tal atuação possibilita a ampliação do acesso à informação, assim como a proximidade favorece a construção de vínculos e criações de práticas educativas, contribuindo para a redução de barreiras de acesso e para a promoção de um cuidado mais equitativo, humanizado e integral.

Diante disso, a escola se configura como um espaço estratégico para ações em saúde, local onde profissionais podem atuar por meio de educação, acolhimento e orientação, de modo a reduzir inseguranças, estigmas e dificuldades relacionadas à menstruação. Seguindo essa linha de pensamento, a autora Marinho (2019) evidencia que o ato do cuidado deve ter cunho libertador, distante de estigmas, tabus e crenças.

Em conformidade com a Resolução COFEN nº 805/2026, instituída pelo Conselho Federal de Enfermagem, estabelecem-se diretrizes para a atuação dos profissionais de Enfermagem em instituições de ensino públicas e privadas que ofertam assistência à saúde, a ampliar o campo de atuação da categoria ao prever ações voltadas à promoção da saúde, à prevenção de agravos e ao cuidado à comunidade escolar e acadêmica.

Diante desse contexto, considerando que muitas adolescentes não acessam os serviços de Atenção Primária à Saúde, como as Unidades Básicas de Saúde (UBS), para esclarecimento de dúvidas relacionadas à saúde menstrual, a inserção do enfermeiro no ambiente escolar mostra-se uma ação indispensável. Tal perspectiva corrobora com os achados de Silva *et al.*,

que evidenciaram a relevância das ações educativas em saúde no ambiente escolar como estratégia de promoção do autocuidado e ampliação do acesso à informação entre adolescentes.

Em consonância com esse resultado, LeBlanc (2024) também aborda sobre a importância do enfermeiro no ambiente escolar, destacando a comunicação como estratégia fundamental de cuidado. Ao se mostrar disponível, aberta e engajada, inclusive por meio do compartilhamento de experiências, o profissional fortalece vínculos com os alunos. No entanto, muitos ainda enfrentam estigmas e preconceitos relacionados à menstruação, o que leva adolescentes a se silenciarem, evitarem interações e não buscarem ajuda diante do fenômeno biológico.

Ainda segundo o mesmo estudo, cabe à enfermeira escolar identificar sinais de que a aluna necessita de apoio, a tornar a comunicação, o acolhimento e a empatia em ferramentas essenciais para esta abordagem. Dessa forma, os profissionais passam a oferecer educação em saúde sobre o tema, além de disponibilizar produtos menstruais em seus consultórios. Em ambiente privado, a enfermeira pode conduzir o diálogo por meio de perguntas direcionadas, como: se é a primeira menstruação, a intensidade das cólicas, a presença de sangramento ou escape e a disponibilidade de absorventes em casa.

A partir dessa perspectiva, Adomaitis *et al.* (2025) amplia a discussão ao abordar que, quando há suporte institucional, sobretudo por programas de dignidade menstrual, os profissionais conseguem promover acolhimento, acesso a insumos e educação em saúde, contribuindo para a redução do absenteísmo e do sofrimento emocional das adolescentes. Nesse contexto, a atuação profissional aparece como promotora de equidade e dignidade.

Por outro lado, LeBlanc (2024) ressalta que tal atuação é frequentemente limitada pela falta de recursos, pela ausência de diretrizes padronizadas e pela sobrecarga de trabalho, o que compromete a efetividade do cuidado e impacta no desempenho escolar. Em complemento, Bergen *et al.* (2024) aprofundam essa discussão ao demonstrar que, historicamente, os enfermeiros escolares já desempenham papel relevante na educação menstrual, porém sua atuação tem sido limitada por questões estruturais: a descentralização do sistema educacional e a falta de investimento.

Por fim, Matos (2022) evidencia que a atuação do enfermeiro no ambiente escolar, especialmente na educação em saúde menstrual, está diretamente alinhada a esses princípios éticos. A autora mostra que adolescentes apresentam conhecimento limitado e influenciado por tabus culturais. Isso reforça o papel do enfermeiro em fornecer informações seguras, acessíveis

e baseadas em evidências, a possibilitar o autocuidado e a autonomia. Outro aspecto relevante é o sigilo profissional, essencial na abordagem de temas íntimos, sendo fundamental para a construção de vínculo e confiança no ambiente escolar.

Entretanto, observa-se a existência de desigualdades no acesso à informação e a recursos de higiene menstrual, o que acentua o compromisso ético do enfermeiro com a promoção da equidade em saúde. Assim sendo, sua atuação nas escolas se mostra uma prática ética e educativa, fundamental para a promoção da saúde e do bem-estar dos adolescentes.

7. CONCLUSÃO

Conclui-se que a vivência da adolescência envolve um conjunto de mudanças físicas, emocionais e sociais que influenciam diretamente o desenvolvimento e a construção da identidade. Nesse processo, a saúde menstrual assume papel relevante, por ir além de aspectos biológicos, envolvendo dimensões relacionadas ao bem-estar, à educação, à dignidade e ao acesso aos direitos em saúde. Quando essas necessidades não são adequadamente atendidas, podem ocorrer prejuízos à saúde integral, refletindo negativamente na qualidade de vida, na segurança e na participação social e escolar das adolescentes.

Os achados desta revisão evidenciaram a necessidade de fortalecimento de políticas públicas intersetoriais que integrem os setores da saúde, educação e infraestrutura, visando não apenas à ampliação do acesso a insumos de higiene menstrual, mas também ao desenvolvimento de ações educativas e estratégias de conscientização sobre saúde e dignidade menstrual. Nesse cenário, o ambiente escolar destaca-se como espaço estratégico para promoção da saúde, acolhimento e desenvolvimento de práticas educativas, especialmente por corresponder ao período em que muitas adolescentes vivenciam a menarca e passam a lidar com as demandas relacionadas à saúde menstrual.

A atuação da enfermagem mostrou-se fundamental nesse processo, especialmente no desenvolvimento de ações de educação em saúde, prevenção de agravos, acolhimento e escuta qualificada. O enfermeiro desempenha papel relevante na construção do conhecimento, no fortalecimento do autocuidado e da autonomia das adolescentes, além de contribuir para a identificação das principais vulnerabilidades, desafios e lacunas relacionadas à saúde menstrual. Ademais, sua atuação favorece o incentivo ao diálogo entre adolescentes, família e escola, promovendo a disseminação de informações seguras e contribuindo para maior segurança, bem-estar e qualidade de vida.

Por fim, durante a elaboração deste estudo, foram identificadas limitações importantes, principalmente relacionadas à dificuldade na localização de artigos científicos específicos sobre saúde menstrual em adolescentes. Observou-se escassez de publicações recentes e de estudos direcionados à atuação da enfermagem frente à pobreza menstrual, o que restringiu uma abordagem mais ampla e aprofundada da temática. Dessa forma, ressalta-se a importância da ampliação de pesquisas científicas voltadas à compreensão do contexto da saúde menstrual na

adolescência, contribuindo para o fortalecimento das práticas assistenciais, educativas e das políticas públicas direcionadas a essa população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADOMAITIS, Jennifer Caroline de Oliveira *et al.* Saúde menstrual: uma análise de experiências entre adolescentes escolares. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 59, e20250003, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2025-0003>.
- AVELAR, Isabel. Educação menstrual como ferramenta de autoeducação e autoconhecimento para manutenção da saúde integral de meninas, mulheres e pessoas que menstruam. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, Montes Claros, v. 5, n. 3, 2024. Disponível em: <https://ime.events/ii-conasm/pdf/40066>. Acesso em: 15 set. 2025
- BERGEN, Sadie *et al.* The history of US menstrual health, school nurses, and the future of menstrual health equity. **American Journal of Public Health**, Washington, DC, v. 114, n. 9, p. 903–908, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.2105/AJPH.2024.307705>.
- BRASIL. Decreto nº 11.432, de 8 de março de 2023. Regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 9 mar. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11432.htm. Acesso em: 2 abr. 2026.
- BRASIL. Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021. Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 6 out. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114214.htm. Acesso em: 24 set. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. MEC orienta sobre o Programa Dignidade Menstrual. **Gov.br**, Brasília, DF, 7 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/mec-orienta-sobre-o-programa-dignidade-menstrual>. Acesso em: 2 abr. 2026.
- BOTELLO HERMOSA, Alicia; CASADO MEJÍA, Rosa. Significado cultural de la menstruación en mujeres españolas. **Ciencia y Enfermería**, v. 23, n. 3, p. 89–97, 2017.
- BRETAS, José Roberto da Silva. Significado da menarca segundo adolescentes. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 249-255, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002012000200015>. Acesso em: 15 set. 2025.
- Biblioteca Virtual em Saúde: BVS**. Disponível em: <https://bvsalud.org/>. Acesso em: 15 out. 2025.
- CALIFORNIA. Legislature. **Assembly Bill No. 367 – Menstrual Equity for All Act of 2021**. Sacramento, CA: California Legislature, 2021. Disponível em: https://leginfo.legislature.ca.gov/faces/billTextClient.xhtml?bill_id=202120220AB367. Acesso em: 30 mar. 2026.

CONCEIÇÃO, Leticia Rodrigues. A saúde da mulher profissional da enfermagem: o autocuidado de quem cuida. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S.l.], v. 7, n. 5, p. 1340–1362, 2025. Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/5845>. Acesso em: 24 set. 2025

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Resolução COFEN nº 564, de 6 de novembro de 2017**. Aprova o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017/>. Acesso em: 4 abr. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Resolução COFEN nº 805, de 24 de março de 2026**. Estabelece diretrizes para a atuação dos profissionais de enfermagem em instituições de ensino públicas e privadas. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/cofen-publica-resolucao-que-regulamenta-atuacao-da-enfermagem-em-instituicoes-de-ensino/>. Acesso em: 4 abr. 2026.

Descritores em Ciências da Saúde: DeCS 2025. São Paulo: BIREME / OPAS / OMS, 2025. Disponível em: <http://decs.bvsalud.org/>. Acesso em: 15 out. 2025.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **37% de adolescentes e jovens que menstruam têm dificuldades de acesso a itens de higiene**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/37-por-cento-de-adolescentes-e-jovens-que-menstruam-tem-dificuldades-de-acesso-itens-de-higiene>. Acesso em: 22 mar. 2026.

LEBLANC, Sarah S. School nurses and menstrual communication: destigmatizing the stigma among adolescents. **Women's Health**, v. 20, p. 1–11, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/17455057241247793>.

MARINHO, Diana da Silva. **Lidando com um fenômeno natural e que ficará para sempre: a menstruação e suas influências na vida da mulher**. 2019. 76 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MATOS, Francisca da Rita Gaspar de. **Vivência das adolescentes na gestão da higiene menstrual**. 2022. Relatório de Estágio (Mestrado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica) – Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, Coimbra, 2022.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Uso de gerenciador de referências bibliográficas na seleção dos estudos primários em revisão integrativa. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 28, e20170204, 2019. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2017-0204>. Acesso em: 15 out. 2025.

MELNYK, Bernadette Mazurek; FINEOUT-OVERHOLT, Ellen. **Evidence-Based Practice in Nursing & Healthcare: A Guide to Best Practice**. 3. ed. Philadelphia: Wolters Kluwer Health/Lippincott Williams & Wilkins, 2011

PRADO, I. C. A. Políticas públicas sobre a saúde menstrual no Brasil. **Mediaciones**, v. 12, n. 2, p. 123-137, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mediacoes/a/9s5cngjvkWjxkSjbKjCZ6Jm/?lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2025.

SABATINO, J. Pobreza menstrual: aspectos socioeconômicos e culturais. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 45-58, 2023.

SANTOS, J. L. dos; SPAGNOL, A. S. Promoção da saúde aos trabalhadores da atenção primária à saúde: percepção de determinantes de saúde e doença em um território: relato de experiência. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Rio Grande do Norte, v. 47, n. 3, p. 234-248, 2023. Disponível em: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/3914/3260>. Acesso em: 24 set. 2025.

SILVA, M.E.P.; SILVA, M.H.N.; MARCON, S.S.; JUNIOR, A.G.S.; CANATO, G.M.; FURLAN, M.C.R. Desafios da gestão menstrual: uma revisão integrativa. **R Pesq Cuid Fundam**, v.16, e13174, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v16.13174>.

UNFPA. **Dignidade menstrual: garantindo os direitos fundamentais para uma vida plena e digna**. 2021. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/recomendacoes-dig-menstrual_v2.pdf. Acesso em: 24 set. 2025.